



# *SISTEMA JURÍDICO DOS EUA:*

## *Uma Breve Descrição*

*Federal Judicial Center*

### **Histórico**

A Constituição dos Estados Unidos estabelece um sistema federal de governo. A Constituição dá poderes específicos ao governo federal (nacional). Todos os poderes não delegados ao governo federal ficam por conta dos estados. Cada um dos cinquenta estados do país tem sua própria constituição, estrutura de governo, códigos legais e sistema judiciário próprios.

A Constituição dos EUA estabelece o poder judiciário do governo federal e especifica a autoridade dos tribunais federais. Os tribunais federais só têm jurisdição exclusiva em certos tipos de casos, como por exemplo casos que envolvam leis federais, controvérsias entre estados e casos que envolvam governos estrangeiros. Há certos casos em que os tribunais federais compartilham sua jurisdição com os estaduais. Por exemplo, um juízo federal e um estadual podem tomar juntos uma decisão sobre duas partes que residam em estados diferentes. Os juízos estaduais têm jurisdição exclusiva sobre a grande maioria dos casos.

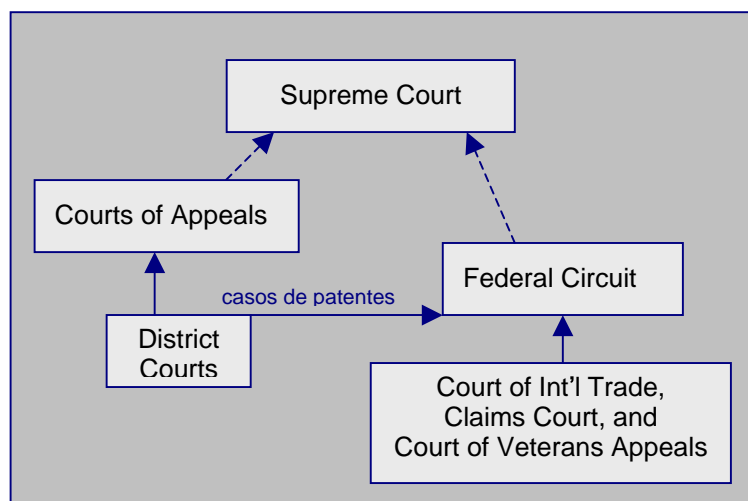
As partes têm direito a julgamento pelo tribunal do júri em todos os casos criminais e na maioria dos casos civis. O júri geralmente consiste de um painel de doze cidadãos que ouve as provas materiais e aplica a lei determinada pelo juiz para chegar a uma decisão baseada nos fatos que o próprio júri determina como verdadeiros, com base nas provas apresentadas durante o julgamento. No entanto, a maioria das disputas

legais nos Estados Unidos são resolvidas antes do caso chegar a julgamento por júri; geralmente são resolvidas não por julgamento, mas sim por moção parlamentar ou por acordo (settlement).

## Estrutura do Sistema de Tribunais Federais

A Constituição dos EUA estabelece a Suprema Corte, ou Supremo Tribunal Federal (United States Supreme Court) e dá ao Congresso a autoridade de estabelecer os tribunais federais de instâncias inferiores. O Congresso estabeleceu dois níveis de tribunais federais abaixo da Suprema Corte: os juízos federais de 1ª instância (United States District Courts) e os tribunais regionais de recursos (United States Courts of Appeals), também chamados de circunscrições (Circuit Courts).

Os juízos federais são os juízos de primeira instância ou comarcas judiciárias do sistema federal, que são 94 espalhados por todo o país. Cada estado conta com pelo menos um juízo federal. Os juízes federais (district judges) trabalham individualmente em seus diversos casos. Além deles, os juízos federais também incluem juízes de



falências (que só tratam de casos de falência) e os juízes magistrate (ou de pequenas causas, que cuidam de várias tarefas judiciais sob a supervisão geral dos juizes federais). O nível seguinte são os tribunais regionais de recursos (Courts of Appeals) intermediários, que são 12, situados em vários locais do país. Os recursos

oriundos dos juízos federais são analisados por painéis compostos de três juízes. Uma parte num determinado caso pode recorrer como matéria de direito aos tribunais regionais de recursos (o governo, porém, não tem direito de recorrer em casos criminais quando o veredicto é “não culpado”). Esses tribunais regionais de recursos também

podem aceitar recursos de decisões tomadas por órgãos administrativos federais. Um deles, que não é regional (Federal Circuit), aceita recursos em casos especializados, como por exemplo casos que envolvam leis de patentes e ações contra o governo federal.

No topo do sistema de juízos federais fica a Suprema Corte dos Estados Unidos, composta de nove Ministros (Justices) que tratam dos casos de maneira conjunta. A seu próprio critério, a Suprema Corte dos Estados Unidos pode aceitar recursos oriundos dos vários tribunais regionais, assim como das varas da mais alta instância estadual, se os mesmos tiverem relação com a Constituição dos EUA ou leis federais.

### **Estrutura dos Sistemas de Tribunais Estaduais**

A estrutura dos sistemas de tribunais estaduais varia conforme o estado. Cada sistema tem características singulares, mas podemos fazer algumas generalizações. A maioria dos estados tem juízos de jurisdição limitada, presididas por um único juiz que cuida de casos menores, tanto civis quanto criminais. Os estados têm também os juízos de primeira instância (trial courts), de competência geral, que são presididos por um único juiz. Esses juízos geralmente são chamados de circuit courts (comarcas ou circunscrições) ou superior courts e cuidam de casos graves, tanto civis quanto criminais. Alguns estados têm também uma vara intermediária de recursos chamada court of appeals, que cuida de recursos oriundos dos juízes de primeira instância. De maneira geral, qualquer parte individual envolvida em um determinado caso conta com um direito de apelação.

### **Administração dos Tribunais**

O poder judiciário dos governos federal e estadual é separado dos poderes legislativo e executivo. Para garantir a independência judicial, o poder judiciário dos governos federal e estadual controla a administração dos tribunais. Essa administração inclui gestão de orçamentos, prescrição de regras para procedimentos de julgamento e

apelação, análise e leitura de assuntos judiciais, programas de reciclagem para juízes e pesquisas de desempenho em salas de audiência.

No nível federal, a Conferência Judicial dos Estados Unidos, composta de 27 membros (o Ministro-Presidente da Suprema Corte e 26 juízes de cada região geográfica do país) é responsável pela administração geral de todos os tribunais e tem autoridade primordial para elaborar os regulamentos sobre a operação do poder judiciário do governo. A Conferência Judicial conta com o auxílio de um grande número de comitês compostos de juízes federais (e às vezes juízes e advogados estaduais) que estudam as várias partes do sistema de varas federais e fazem suas recomendações. Uma das importantes responsabilidades da Conferência Judicial é recomendar mudanças nas regras de procedimentos usados por todas as varas federais.

O Congresso criou três órgãos administrativos no âmbito do poder judiciário. O primeiro é a Administração dos Juízes dos Estados Unidos (Administrative Office of the U.S. Courts), que gerencia as operações de dia-a-dia dos tribunais, inclusive assuntos como folha de pagamento, equipamentos e material de consumo. O segundo é o Centro Judiciário Federal (Federal Judicial Center), que organiza programas educacionais e de treinamento para juízes e funcionários judiciais e conduz pesquisas nos campos de operação e administração de salas de audiências. O terceiro é a Comissão de Sentenças dos Estados Unidos (U.S. Sentencing Commission), que desenvolve diretrizes consultivas para uso dos juízes federais ao impor suas sentenças criminais.

Na maioria dos sistemas estaduais, cada suprema corte estadual tem autoridade administrativa geral sobre todo o sistema de tribunais, auxiliado por um centro administrativo. O diretor deste centro administrativo é geralmente nomeado pelo juiz-chefe da suprema corte estadual.

## Juízes

Os Ministros da Suprema Corte dos Estados Unidos e todos os juízes federais e de comarcas são designados pelo Presidente da República, uma vez aprovados por voto

majoritário do Senado Federal. Esses Ministros e juízes servem “durante bom comportamento”, o que significa, na verdade, que são vitalícios. O Presidente geralmente nomeia juízes que sejam pessoas filiadas ao seu próprio partido político. Os nomeados geralmente são advogados de distinção, professores de direito, juízes de tribunais federais de menor instância, ou juízes estaduais. Uma vez designados, esses juízes têm direito a um salário que não pode ser reduzido. Os juízes federais só podem ser removidos de seus cargos através de um processo de impedimento (impeachment), quando a Câmara de Deputados faz uma acusação e o Senado Federal conduz um julgamento. Há muitos poucos exemplos de juízes que sofreram impeachment na história dos Estados Unidos e a remoção dos mesmos deveu-se à prática de falta muito grave. Essas proteções permitem que os juízes federais exerçam seu julgamento de maneira independente, sem interferência ou influência política ou externa.

Os métodos de seleção de juízes estaduais variam de estado para estado e geralmente diferem dentro de um mesmo estado, a depender do tipo de tribunal. Os sistemas de seleção mais comuns são comissão por nomeação e eleição popular. No sistema de comissão por nomeação, os juízes são designados pelo governador do estado (chefe executivo do estado), que faz sua escolha usando uma lista de candidatos selecionados por uma comissão independente composta de advogados, legisladores, cidadãos leigos e às vezes juízes. Em muitos estados os juízes são selecionados por eleição popular. Essas eleições podem ser partidárias ou não-partidárias. Os candidatos para designação judicial ou eleição têm que satisfazer certas qualificações, como por exemplo um certo número de anos de prática advocatícia. Com muito poucas exceções, os juízes estaduais servem mandatos específicos e renováveis. Todos os estados têm seus próprios procedimentos para reger a conduta, disciplina e remoção judiciais.

Em ambos os sistemas federal e estadual, os candidatos são quase sempre advogados com muitos anos de experiência. Esses juízes não fazem cursos específicos de treinamento nem passam por exames. Alguns estados exigem que seus juízes participem de programas de reciclagem para se atualizar sobre a legislação. Ambos os

sistemas, federais e estaduais, oferecem programas de reciclagem para juízes, tanto iniciantes quanto já estabelecidos na carreira.

### **Promotores Públicos**

No sistema federal, os promotores públicos são parte do Ministério da Justiça dos EUA (U.S. Department of Justice), que pertence ao poder executivo. O Procurador Geral da República (Attorney General of the United States) chefia o Ministério e é nomeado pelo Presidente, com confirmação do Senado. Os promotores chefes dos vários tribunais federais são chamados United States Attorneys e também são nomeados pelo Presidente, com confirmação do Senado. O Federal Bureau of Investigation (FBI), que investiga crimes contra os Estados Unidos, faz parte do Ministério da Justiça.

Cada estado tem também um procurador geral no poder executivo estadual, que geralmente é eleito pelos cidadãos daquele estado. Existem também outros procuradores em diferentes regiões dentro dos estados, chamados state attorneys ou district attorneys. Esses promotores públicos também são geralmente eleitos.

### **Advogados**

O sistema jurídico dos EUA usa o adversarial process (processo que obedece ao sistema do contraditório). Os advogados são essenciais nesse processo, pois são responsáveis pela apresentação ao juiz dos documentos de provas materiais e argumentos legais de seus clientes. Com base nas apresentações feitas pelos advogados, o juiz ou júri determina os fatos e aplica a lei para chegar a uma decisão antes de pronunciar a devida sentença.

Nos tribunais americanos, todo cidadão é livre para representar a si mesmo, mas geralmente é necessário advogado para apresentar os casos com eficácia. Os indivíduos que não têm recursos para contratar advogado podem fazer tentativas de obter um advogado através de associações municipais de assistência legal. As pessoas

acusadas de crimes e que não têm dinheiro para contratar advogado são representadas por um advogado designado pelo juiz ou por defensor público federal ou estadual.

Os advogados americanos são licenciados pelo estado em cujo direito militam. Não existe uma autoridade nacional para credenciar advogados. A maioria dos estados exige que os candidatos sejam formados em direito (diploma Juris Doctor) por uma universidade de direito credenciada. A formação em direito nos EUA é um diploma em nível de pós-graduação, outorgado ao final de um período de três anos de estudos (geralmente, o indivíduo cursa quatro anos de universidade antes de entrar para a universidade de direito). Além disso, a maioria dos estados exige que os candidatos à licença para exercer advocacia sejam aprovados num exame escrito chamado exame da Ordem (Bar examination) e preencham certos critérios de caráter. Certos estados credenciam advogados em sua Ordem (Bar) automaticamente, se os mesmos forem credenciados pela Ordem de outro estado. Todos os estados permitem que advogados de fora militem em seu estado, mas só em casos específicos e sob certas condições. Os advogados têm liberdade para militar em qualquer prática forense. Apesar de não haver distinção formal entre tipos de prática forense, existe um alto nível de especializações informais.